

Kennedy Alencar — O É Notícia entrevista hoje Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal e decano da corte. Ou seja, o ministro mais antigo no exercício do mandato. Ministro, boa noite para o senhor. Nesta quarta-feira (29/11), o Supremo decidiu que haverá responsabilização civil das empresas jornalísticas que publicarem entrevistas imputando falsos crimes, e exige que haja indícios concretos desse comportamento. Me parece sensato, ministro, que os veículos tenham responsabilidade sobre o que eles publicam, inclusive sobre o que os entrevistados dizem. Porque é muito cômodo falar: “O entrevistado é que disse”, mas o veículo dá eco àquilo. Então, me parece que tem algo defensável na tese. No entanto, veículos de comunicação, advogados, entidades da sociedade civil dizem: “Olha, isso pode também levar a um risco de censura prévia, de um maior temor na imprensa”. Como é que o senhor responde a essa preocupação?

Gilmar Mendes — O caso concreto era um caso muito específico, em que era um fato notório, portanto, era de sabença geral e, por isso, o Tribunal também foi...

Kennedy Alencar — Se atribuiu ao (Ricardo) Zarattini a participação em um atentado, que era uma mentira. Ou seja, uma falsidade.

Gilmar Mendes — Era uma mentira. Uma falsidade, portanto, algo de sabença geral e suscetível, portanto, de se fazer essa correção ou de se evitar que se fizesse. Agora, claro que podem surgir situações, especialmente... Eu escutava de um colega seu, importante, uma ponderação, dizendo, por exemplo, das entrevistas ao vivo, em que você já não evita... Até citava os casos mais recentes ocorridos com o presidente Bolsonaro, que nas suas entrevistas fazia ataques a pessoas ou imputações. Mas é claro que aí a gente tem de performar com o

princípio da razoabilidade. Então, é claro que também eu acho que a decisão do tribunal é importante no que diz respeito a essa mudança que ocorreu, qualitativa, no contexto das redes sociais. Hoje ocorre aquilo que os mais jovens chamam de lacração, para depois colocar... Sai no jornal ou na imprensa em geral e, em seguida, na mídia social. Então, é claro que isso tem que ser devidamente temperado, mas o espírito que moveu o tribunal foi esse, de responsabilizar sem abuso, responsabilizar por falta grave no serviço.

Kennedy Alencar — E a zona cinzenta, examinar caso a caso.

Gilmar Mendes — E a zona cinzenta tem de ser examinada, porque claro que um grande princípio da Constituição é a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

Kennedy Alencar — Ministro, eu vejo que, por analogia, me parece que uma medida desse tipo, eu não sei se pode ser estendida às chamadas redes sociais, essas big techs, às plataformas de tecnologia. O que elas dizem? “A gente só veicula o conteúdo, nós não temos responsabilidade por ele”. E a gente vê muitas fake news, muita notícia falsa em rede social. No Congresso esse debate está parado, aquele PL das Fake News foi parado justamente pelo lobby das big techs e também de uma extrema direita que usa fake news no debate público. O STF pode tomar alguma medida de iniciativa, com base nesse julgamento de ontem, para estender isso para as redes sociais? Ou ele tem de ser provocado? Como é a sua avaliação sobre isso?

Gilmar Mendes — O tribunal, salvo engano, tem um caso da relatoria do ministro Dias Toffoli, o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que vem sendo lido... O dispositivo vem sendo lido como um dispositivo que exige

uma decisão judicial para retirar conteúdo. Mas é claro que nós já temos aí várias normas que sabemos que impõem situações, por exemplo, de ilicitude. Os casos de pedofilia ou pornografia infantil... Então, elas já se adestram e se preparam para isso. Então a mim me parece que nós vamos ter que discutir essa questão hoje sobre a constitucionalidade do artigo 19. Se não bastaria, em muitos casos, uma notificação extrajudicial, a comunicação de que algo de errado está ocorrendo, a veiculação de um fato que não corresponde à verdade, aquilo que a gente chama de fake news, ou notícias distorcidas, e coisas...

Kennedy Alencar — Que são os episódios de violência nas escolas, por exemplo...

Gilmar Mendes — Ou o incentivo à violência, ou racismo, seja lá o que for, más práticas em geral. Então, a mim me parece que nós vamos nos debruçar sobre isso. O artigo 19 do Marco Civil da Internet cumpriu uma função, porque era também valorizar o espaço livre na rede, a ideia de você também não criar uma censura imediata. Mas agora nós temos que pensar um pouco na vida como ela é. Como que se usa esse instrumento e, talvez, para o ano seja um dos casos relevantes para serem julgados.

Kennedy Alencar — Ministro, na semana passada, o Senado aprovou aquela proposta de emenda constitucional que estipula regras mais duras, digamos assim, para decisões monocráticas de ministro do Supremo Tribunal Federal e tribunais superiores. A questão do pedido de vista nem foi tocada. O próprio tribunal já havia feito uma reforma no seu regimento discutindo essa questão das decisões monocráticas, que a decisão que o ministro do Supremo toma sozinho já tem efeito. A gente entende a importância

disso em casos urgentes, enfim. Agora, a tese me parece, até porque o próprio Supremo fez uma discussão sobre o seu regimento, parece interessante discutir. A colegialidade é sempre mais forte do que a decisão monocrática. O pedido de vista não pode ser um a perder de vista, o próprio tribunal já colocou ali um prazo. Agora, teve uma reação muito dura do tribunal, porque a gente viu uma articulação no Senado do presidente Rodrigo Pacheco com setores mais conservadores, teve até aquele voto do Jaques Wagner, para aprovar meio que um recado para o Supremo: “Vocês estão avançando demais sobre atribuições da política”. E o senhor foi muito duro. O senhor falou: “Aqui não tem covarde”, me parece, a expressão que o senhor usou. “No tribunal, nós estamos preparados para enfrentar ataques à democracia”. Por que o senhor entende, ministro, que aquela aprovação foi um ataque ao STF?

Gilmar Mendes — O tribunal já discute há muito tempo, e é um tema que está presente, como você falou, sobre as decisões monocráticas, a submissão imediata ao Plenário. E avançou, na gestão da ministra Rosa isso foi estabelecido não só para as novas liminares, como para as anteriores, que estavam pendentes de confirmação ou ratificação. Hoje é até um modelo automático que se faz. Concedida a liminar, se submete ao Plenário, à turma ou ao colegiado. Portanto, essa questão está resolvida. Mas isso se tornou também um debate político. E político no sentido até partidário, vamos chamar assim, porque eu vi publicações de artigos dizendo que se a PEC já estivesse em vigor, várias das medidas tomadas no governo Bolsonaro teriam durado mais. O que significa isso? Que as medidas relativas à pandemia... Por exemplo, Bolsonaro baixou uma medida provisória mandando que fossem fornecidos todos os dados de telefonia ao IBGE, para o IBGE fazer

pesquisa. Veja, o intuito não deveria ser esse, com o argumento da pandemia. Isso foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal e depois referendado. Várias medidas no quadro sanitário, ele tentou impedir que estados e municípios usassem o isolamento social ou impusessem o isolamento social. E o Supremo também reagiu. E reagiu por decisões monocráticas. O ministro Lewandowski também tomou providências nessa área. Em suma, então, me parece que é uma reação não adequada e não correspondente ao papel que o tribunal teve. Se escolheu um momento muito delicado. O debate vai para além do conteúdo da PEC, vai para um certo simbolismo. Eu disse até na minha fala lá no Plenário, será que o grande problema do Brasil é o Supremo Tribunal Federal? Será que é o Supremo que é a grande ameaça à democracia? Eu poderia sugerir vários itens de reformas talvez mais urgentes. A questão do papel de militares que ocupam todos os cargos ou a inelegibilidade deles, o papel que eles tiveram nessa crise grave, o grande problema das PMs politizadas que levam à insegurança pública e por isso exige a GLO... O tema da segurança pública, o Rio de Janeiro com 50% do seu território ocupado por milícias e narcotraficantes.

Kennedy Alencar — O crescimento da violência na Amazônia, os dados acabaram de sair...

Gilmar Mendes — Exatamente. Então tem muitos temas que deveriam ser prioridade e sobre os quais nós também temos de nos debruçar. E aí se seleciona um tópico deste para colocar o Supremo nessa berlinda. Então a mim me pareceu de todo impróprio e é certo também que medidas desse tipo, que enfraqueçam a separação dos poderes, não encontram respaldo na Constituição. É o que a gente chama de cláusula pétrea, do artigo 60, parágrafo 4º da Constituição. Então é preciso ter essa visão. Mas, como você sabe, eu tenho um imenso apreço pela

política e pelo diálogo político, e tenho um imenso apreço inclusive... Vai até chocar talvez alguns dos ouvintes, pela qualidade mesmo dos políticos brasileiros. Porque isso só vale em termos relacionais. Quando a gente olha o contexto mundial e vê que nós temos sabido resolver as crises, isso é mérito da política. Então nós temos que reconhecer. Acho que o estresse foi positivo no sentido de chamarmos a atenção para a necessidade de que dialoguemos mais e que conheçamos mais a realidade de cada poder.

Kennedy Alencar — Ministro, o Rodrigo Pacheco, o presidente do Senado, o presidente do Congresso, está com essa tese de criar mandato de oito anos para ministro do Supremo Tribunal Federal. Tem uma PEC de 2019, está pendente de relator na CCJ. Me parece que nós temos um sistema, podemos até discutir o aprimoramento dele. Ah, vocês acham que tem um ministro ruim no Supremo? Bem, o Senado pode rejeitar na sabatina. O problema não é o mandato, porque hoje tem um limite de 75 anos. Depois da PEC da Bengala de 2015, que aumentou de 70 para 75 anos. Você pode discutir as coisas, agora, criar um mandato de oito anos... A questão da porta giratória, por exemplo, depois que sai para onde que vai? A gente vê como são os lobbies para indicar os diretores de agências reguladoras. Isso aí não é sonho de lobista e do Centrão, ministro?

Gilmar Mendes — Eu não sei, também não quero demonizar a ideia. É claro que existem esses modelos de corte constitucional. Eu sou até tido como um especialista nessa temática, escrevi minha dissertação sobre isso na Alemanha, então conheço relativamente bem essa temática. Mas embutida nessa ideia do mandato está uma ideia de implodir o papel do Poder Executivo, do chefe do Poder Executivo na indicação.

Certamente, Congresso, Câmara e Senado quererão lugares nessas indicações. E aqui pode ter um grande fascínio, mas também pode morar um perigo, com as maiores eventuais fazendo indicações. Isso já é um problema. “Ah, mas nós podemos confiar à OAB escolhas”, e aí nós sabemos que tem interesses corporativos. Ou podemos confiar aos tribunais a indicação, ou indicar seus juízes para isso. Em suma, então são discussões muito delicadas. Eu chamo a atenção porque eu participei, um pouco testemunha da história, desde 92 que a gente discutia a reforma do Judiciário. Começa lá em uma PEC, que você vai lembrar, que era o controle externo do Judiciário, Hélio Bicudo. E isso prosseguiu. Em 93 veio o (Nelson) Jobim, a revisão constitucional, e nós trabalhamos muito num modelo ampliado. Isso se encerrou em 2004, que é a PEC, a Emenda Constitucional 45. Doze anos, mais ou menos, para discutir isso. Criação dos conselhos, com o CNJ, CNMP. Agora, de uma hora para outra, se descobrem aí talentos para fazerem grandes reformas. Nós vamos ficar desconfiados um pouco disso, não é?

Kennedy Alencar — Eu sou super desconfiado. Eu acho que isso aí é jogo para tirar poder do próximo presidente da República, que pode indicar ministros na regra atual, não é?

Gilmar Mendes — E também a gente só pode avaliar o resultado ao longo de uma perspectiva histórica. Claro, haverá indicações que a gente dirá “péssima indicação”, mas o conjunto da obra... Eu tinha sempre dito, no caso do Supremo, mas isso vale para o Congresso também, o Supremo é maior do que a soma dos seus componentes, porque ele tem uma historicidade. Tem essa vinculatividade com a sua própria história. Muitas das construções que nós hoje falamos, isso vem de tempos já antigos. Então é preciso ter essa percepção. E isso funciona de alguma forma. Então por que, exatamente nesse momento,

fazer-se uma reforma do Supremo, que foi a instituição que corporificou a resistência e a resiliência nesses quatro anos difíceis?

Kennedy Alencar — A ameaça à democracia, a gestão da pandemia, acabamos de falar aqui, o Brasil esteve perto do precipício.

Gilmar Mendes — Muito perto. Eu falei em vários seminários na Europa recentemente, e também no Brasil, dizendo: “Eu compareço aqui na condição de alguém que poderia estar contando a história de um desastre, mas conta a história de uma corte vitoriosa”. É preciso perceber isso. E exatamente nesse contexto é que se gera esse tipo de discussão. Eu acho que os debates em si, as ideias, elas devem trafegar livremente e muitos aprimoramentos se podem fazer. No próprio Senado, por exemplo, agora, ontem alguém falava: “Ah, o problema da suplência, a eleição do suplente”.

Kennedy Alencar — É porque o Dino vai sair e agora a suplente dele vai ficar sete anos. Se conhece suficientemente essa suplente, é uma boa regra ou não é?

Gilmar Mendes — Pois é. São ideias de reforma. Nós mesmos discutimos já intensamente a coisa do semipresidencialismo. Em suma, tem muitas ideias que podem ser discutidas e algumas até urgentes, como essas reformas que parecem necessárias para fixar parâmetros democráticos. Veja, por exemplo, o Ministério da Defesa. Nós sofremos um assédio fortíssimo, o TSE, por parte do general Paulo Sérgio. Todo dia ele escrevia uma carta ao ministro Fachin inventando uma historietinha sobre as urnas eletrônicas. Aquilo só se encerrou quando o ministro Alexandre disse “passou, acabou”. Veja, um ministro da Defesa militar. Eu estive no governo Fernando Henrique e a nossa concepção era que o Ministério da Defesa deveria ser ocupado sempre por um civil.

Infelizmente não escrevemos isso no texto. Seria um bom trabalho no Congresso fazer uma emenda rápida para dizer isso.

Kennedy Alencar — Quem vai chefiar o Ministério da Defesa é só civil? Uma PEC, uma proposta de emenda constitucional?

Gilmar Mendes — É, porque é o óbvio. Até nós podemos interpretar. Foi naquele momento de debilidade institucional, no governo Temer, que se manteve um general à frente do Ministério da Defesa e a partir daí Bolsonaro prosseguiu. Veja, o propósito todo daquela reforma, que era um programa de governo, um ponto do programa de governo do Fernando Henrique, era colocar um civil no Ministério da Defesa e desmilitarizar a defesa.

Kennedy Alencar — Ministro, a gente viu até, enfim, o Barroso chamou militar para fiscalizar a urna. Isso me parece que foi um erro claro também, não?

Gilmar Mendes — O que o ministro Barroso imaginou naquele momento é que as coisas eram tão transparentes e os militares participaram, inclusive, desse processo, pelos seus órgãos importantes científicos, IME, ITA, da construção da urna, que não haveria nenhum problema. Ele não vislumbrou, não antecipou a armadilha em que aquilo se transformou, com a designação de pessoas que foram lá para questionar.

Kennedy Alencar — Porque houve má-fé, não é? Porque se tivesse chegado lá e visto, a urna é confiável. Esse questionamento foi pura má-fé. Como o senhor falou, não tem covarde no Supremo, mas também não tem ingênuo, não é, ministro?

Gilmar Mendes — Sim, claro que não. E veja, nós fizemos, são mais de

20 anos de prática da urna eletrônica, e não foi aqui que nós tivemos problemas nas eleições. Nós temos outro tipo de abuso. Abuso de poder econômico, abuso de poder político. O próprio problema que nós falamos da segurança pública, que afeta a liberdade de voto em muitos territórios. Mas não é aqui na urna. Pelo contrário. O Brasil, em uma eleição disputadíssima, com uma diferença apertada, ninguém questionou. Tanto é que quando o Bolsonaro impugna as urnas, ele impugna só para a eleição presidencial, mas mantém a vitória que ele obteve nas eleições parlamentares.

Kennedy Alencar — Ministro, eu vou falar de Bolsonaro adiante. Eu queria, neste bloco ainda de Supremo, Flávio Dino, ministro da Justiça. Expectativa do senhor para a sabatina dele, até para a performance dele como ministro. O Lula tem dito em algumas conversas que ele acha que o Dino pode cumprir uma função semelhante à que o senhor cumpre no Supremo. Ele vê no senhor e vê no Dino uma combinação de capacidade jurídica com capacidade política. Ou seja, é uma corte constitucional ali, é a corte guardiã da Constituição, interpreta a Constituição, mas ela não está apartada da política, tanto que a gente viu o que aconteceu nos últimos anos no Brasil. Qual é a tua expectativa sobre o Dino?

Gilmar Mendes — Eu tenho uma excelente expectativa e, claramente, quando se viu a perspectiva de sua indicação, eu a saudei efusivamente porque, de fato, é uma pessoa qualificada no ramo jurídico, foi juiz federal, foi primeiro lugar no seu concurso, teve prática jurídica, convivemos na gestão do Jobim no Supremo Tribunal Federal, na criação do CNJ. Implantação...

Kennedy Alencar — Ele trabalhou com o Jobim no Supremo?

Gilmar Mendes — Isso. A Implantação da Emenda Constitucional 45... Então, depois ele faz a opção difícil de deixar a magistratura e ir para a política. Disputa o cargo de deputado federal e depois governador, dois mandatos, também tem experiência, e agora ministro da Justiça. Tem uma visão, portanto, de todo esse complexo arcabouço jurídico e político, e da vida política como ela é. E conhecendo também os membros de finanças públicas, de orçamento, da realidade. Porque é muito fácil, muitas vezes, nós fazemos um discurso descolado, por exemplo, do regime fiscal. Defendermos os direitos sociais, mas não prestarmos atenção de que são os tributos que sustentam toda essa máquina. Ele terá essa visão completa. A questão dos partidos políticos, eventuais reformas que se possam enfrentar. Então, a mim me parece que é uma decisão acertada. E, por outro lado, também, a mim me parece que manda um nome já pronto, reconhecido.

Kennedy Alencar — Passa no Senado, o senhor acha?

Gilmar Mendes — Acho que sim. Acho que é um homem também da política. É claro que ele teve esses embates, e tinha que ter, porque a função dele naquele momento... Ele pega o 8 de janeiro, que ninguém imaginava que iria ocorrer, e a partir daí passa a ter uma performance muito responsiva. Então eu acho que, certamente, ele vai ser aprovado, e vai cumprir um papel importante nesse contexto em que a corte hoje vive, de uma afirmação do seu papel. E não é uma afirmação para desvalorizar outros poderes, é uma afirmação da defesa da democracia, da racionalização ou da racionalidade das decisões. Então, eu acho que, nesse sentido, é uma escolha bastante acertada.

Kennedy Alencar — O Paulo Gonet, indicado para a Procuradoria-

Geral da República, subprocurador da República, é um nome que tem uma linha ideológica mais conservadora que a do Dino, se a gente comparar assim. O Lula não seguiu a lista tríplice da ANPR, Associação Nacional dos Procuradores da República, como ele fez no primeiro e no segundo mandatos dele. Ele avalia que precisa de uma autocontenção do Ministério Público em face de tudo que a gente viu, de “lava jato” e tal. A expectativa do senhor também em relação ao Gonet, se ele pode ser essa figura que coloque o Ministério Público num lugar menos corporativo, talvez, do que foi nos últimos anos?

Gilmar Mendes — Eu também tenho essa justa expectativa em relação ao Paulo Gonet. Por tudo que ele representa, por sua atuação, por suas obras e publicações. Ele é, de fato, um jurista de escol. Todo mundo no Supremo o reconhece. Os seus textos são primorosos. Ele é muito cuidadoso. Nós vimos nos pareceres que ele deu agora como vice-procurador geral eleitoral. E a Procuradoria, como você muito bem sabe, ela vem vivendo crises, até diria, quase que crises sistêmicas ao longo do tempo. Teve o modelo anterior, do Fernando Henrique, que indicou o nome do (Geraldo) Brindeiro, que foi muito contestado, falavam que ele era o engavetador geral. Foi muito contestado, inclusive, pelo PT. E o PT, então, trouxe esse modelo das listas, que eram votações também corporativas, e o resultado nós não precisamos nem... Deu muito errado. E eu acho até, eu já até falei para alguns interlocutores, que a escolha do Paulo talvez seja a última tentativa que se faça dentro do modelo constitucional atual, se não se vai ter que buscar uma solução fora desse modelo, uma emenda constitucional de manter a escolha na classe. E o presidente está optando por um nome de reconhecida capacidade, de uma capacidade acadêmica inegável, de um homem muito respeitado também pelos procuradores. O que imputam a ele de

defeito, que eu não sei se é defeito, é de ir à missa aos domingos. É um conservador, chega a ser engraçado. Eu brinquei com ele, nós somos amigos. Eu brinquei com ele e falei: “Estão escavando tanto a sua vida que daqui a pouco vamos descobrir que você tomava a madeira dos outros no berçário e coisas assim”. Mas, em suma, eu acho que é uma oportunidade que o Brasil tem de ter um Ministério Público menos performático, mais legalista e centrado nessas questões. Ele mesmo tem falado nos seus escritos, o Ministério Público não tem função de fazer política pública. Política pública é exatamente a atividade do Executivo e do Legislativo. Então ele diz que nós podemos eventualmente impugnar leis que sejam contrárias à Constituição. Acho que ele terá esse papel e eu estou convencido da correção de sua indicação.

Kennedy Alencar — Eu queria falar um pouquinho da relação do senhor com o presidente Lula. A gente sabe que, ao longo da história, ela teve altos e baixos. Em momentos, foi muito crítico de medidas que o PT tomou, o PT também em relação ao senhor. Teve a decisão do senhor que impediu o Lula de assumir a Casa Civil no governo Dilma. Ele lembra dos telefonemas que trocou com o senhor no período em que ele estava preso, quando ele perdeu familiares e o senhor demonstrou uma solidariedade para ele no momento em que ele estava em baixa, em que muita gente achava que ele nunca ia ser presidente. Ele fala até com emoção disso. E ele gosta muito do senhor no sentido de ver no senhor alguém que entende essa questão da política e o respeito pela política. O senhor, por exemplo, no julgamento, diz que ele foi injustiçado pelo Moro. É uma coisa que ele lembra. A gente sabe que a vida passa e essas coisas contam. O senhor hoje é amigo do Lula? Como é que

é essa relação?

Gilmar Mendes — Da minha parte, eu me sinto amigo dele, sim. Eu tenho uma grande admiração por ele. Eu acho que, juntamente com o Fernando Henrique, eles são os dois grandes estadistas do Brasil da atualidade, aqueles que nós vivenciamos, conhecemos e reverenciamos. E tem um propósito, nós podemos ter divergências de visões de mundo, mas você nota propósitos de construção de um país melhor, de desenvolvimento social adequado, de propósito de melhoria nas instituições. As conversas com ele são sempre construtivas, mostrando esses bons propósitos. A gente também, que viaja muito, vê a visão que se tem do Brasil agora que Lula é presidente.

Kennedy Alencar — **Uma reconexão com a política externa, com o mundo?**

Gilmar Mendes — A política externa, o papel que o país passa a ter. Esse soft power que nós temos com futebol, com música, isso também é destacado com a presença dele nos fóruns internacionais. Então eu tenho uma relação, assim, de muito afeto pelo presidente e por essa história mesmo de resgate que ele fez. Porque não só da biografia dele, mas ele na verdade resgatou a democracia no Brasil. Essa sua eleição foi esse resgate. Eu não sei imaginar o que seria do Brasil com a reeleição de Bolsonaro, ou até consigo imaginar, mas a minha imaginação não é positiva.

Kennedy Alencar — **A gente viu na pandemia, a ação do Bolsonaro foi desastrosa, o STF enfrentou, teve todas as ameaças à democracia, ataques aos ministros do Supremo. Ministro, foi um período quase tão ruim quanto a ditadura de 64, quase tão ameaçador?**

Gilmar Mendes — Eu vivi um pouco como estudante a ditadura, de 75 a 78 eu estava na UNB. De fato, a gente vivia um quadro de insegurança. Muitos colegas, na greve de 1977, foram presos. E nós estávamos sob a Lei de Segurança Nacional, 30 dias incomunicáveis, tudo aquilo. Claro que neste contexto (atual) nós não tínhamos isso. Mas, afóra isso, nós estávamos em marcha batida para um modelo autoritário. E, inclusive, com essa ideia da chamada democracia iliberal, as pessoas nos agredindo, portanto, se sentindo autorizadas a partir das agressões perpetradas pelo próprio presidente da República. Então nós passamos de fato a nos aproximar, a nos avizinhar muito de um Estado de performance autoritária ou ditatorial. E lidou-se com um tema como esse, da saúde, de maneira tão leviana, tão irresponsável...

Kennedy Alencar — **Muita gente morreu sem precisar...**

Gilmar Mendes — Claro, mais de 700 mil pessoas, um índice altíssimo. Tudo isso poderia ter sido evitado com um mínimo de racionalidade e com uma conjugação de esforços. Aí também a gente tem que saudar construções da Constituição de 88. O SUS funcionou, quando veio a necessidade de vacina respondeu a isso. Teve dias em que a gente vacinou três milhões de pessoas, é quase um país pequeno da Europa. Então a gente vê o significado dessas conquistas e, na tragédia, são os valores que a gente pode destacar.

Kennedy Alencar — **Ministro, queria falar com o senhor sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Como esse episódio vai entrar para a história?**

Gilmar Mendes — Eu acho que é certamente como um momento infeliz da nossa história. Certamente não será um momento altaneiro, grandiloquente da nossa história. Felizmente a eleição de Lula já se

tinha realizado e a posse, e, portanto, se teve o controle. Imaginemos que isso tivesse ocorrido lá em dezembro, com marcações de GLOs e coisas desse tipo. E nós não sabemos tudo que levou a isso, mas sabemos algo. Sabemos, por exemplo, que houve esses acampamentos nos quartéis. Três meses, essas pessoas sendo inclusive subsidiadas pelos cofres públicos porque tinham água, luz dos quartéis, isso é a conta da União, portanto, com consentimento. É algo absurdo, eu não canso de falar sobre isso.

Kennedy Alencar — Não, porque fica assim, “os militares não deram um golpe”. Como se eles tivessem feito uma concessão à democracia brasileira. Não tiveram força para dar golpe porque eles toleraram esse pessoal em quartel, ministro.

Gilmar Mendes — E depois são eles que vêm aqui fazer então a invasão, é esse grupo que vem fazer a invasão dos Três Poderes. Então tudo isso foi extremamente ruim. Eu, no dia em que cheguei ao Supremo, eu estava em Portugal e voltei ao Brasil, eu fiz duas perguntas, chocado com tudo aquilo que vi. O que a gente fez de errado para chegar a esse ponto? E o que nós devemos fazer para evitar que isso se repita? E essa é a pergunta que eu estou repetindo todo dia.

Kennedy Alencar — O que a gente deve fazer?

Gilmar Mendes — Eu acho que nós devemos olhar que reformas precisamos fazer. Claro que temos que buscar a união do país e evitar essa confrontação. Fortalecer o centro político, a capacidade de diálogo, que é uma marca da qualidade política no Brasil. Você sabe bem que nós fizemos uma transição do regime militar para a vida civil com a união de forças que eram antagônicas. O MDB do Tancredo...

Kennedy Alencar — Com a FFL, a Frente Liberal da época... Foi uma dissidência do PDS que sucedeu a Arena.

Gilmar Mendes — A Frente Liberal... Portanto, nós temos essa capacidade, essa habilidade de fazer essas engenharias institucionais sofisticadas. Nós precisamos olhar isso e ver que mudanças são relevantes para serem introduzidas para solidificar a democracia. Eu acho que essa pergunta nós temos que fazer todo dia e é uma sugestão que eu deixo.

Kennedy Alencar — Uma questão, ministro, desculpe interromper, é o papel dos militares na vida brasileira. Eles acham que eles podem exercer uma tutela da vida civil. Invocam lá o artigo 142, tem a questão da GLO, a garantia dos poderes constitucionais, eles fazem uma leitura. Esse 142 tem que mudar? Como o senhor já sugeriu, por exemplo, mudar a Constituição para deixar claro que militar não pode assumir o Ministério da Defesa?

Gilmar Mendes — A leitura que nós fazemos do 142 não é essa que se faz, porque a rigor eles só podem atuar se forem solicitados por outros poderes, e isso tem regulação legal. O que me parece que a gente tem que analisar é que houve uma série de erros ao longo do tempo, especialmente na área da segurança pública. Greves de policiais, por exemplo, são proibidas, mas elas se fizeram ao longo do tempo. Criaram essas lideranças militares, que depois se tornaram políticos e passaram a...

Kennedy Alencar — Teve a anistia, inclusive?

Gilmar Mendes — Isso. Votaram a anistia para esses militares que participaram de motins, os militares estaduais. Com base nisso, o que restava aos governos estaduais e ao governo federal? Baixar as GLOs.

A operação de garantia da lei e da ordem, que está prevista no próprio 142, o papel dos militares. Com isso também se deu densidade, se deu musculatura ao próprio papel das Forças Armadas. Se vocês não sabem resolver o problema de segurança pública e precisam de nós, nós precisamos, inclusive, ampliar o nosso papel institucional. E passaram a reivindicar, inclusive, mudanças, ampliação do papel da Justiça Militar para julgar civis e coisas desse jaez... Então aqui há esse erro e nós devemos fazer essa autocrítica e de fato pensar em instituições e reduzir de fato a GLO àquilo que é necessário.

Kennedy Alencar — Até porque, se pegar o histórico dos militares em segurança pública, a intervenção no Rio foi um desastre. Eles não servem para isso. Não é o papel deles.

Gilmar Mendes — Não. E, pelo contrário, a intervenção pode ter um efeito imediato quando se trata de um momento cirúrgico, mas depois nós vimos além das tragédias que acabaram também por ocorrer. Mas, de fato, nós temos que reorganizar esse modelo de polícia, discutir a questão da segurança pública. Nós vimos agora essa tragédia do Rio de Janeiro com esse médico, e tudo o que está por trás. É uma coisa chocante. Então nós temos que priorizar isso. Acho que faz parte do dever da política, para que os militares cumprem o bom papel que têm na defesa das fronteiras, na defesa das instituições, quando se fizer necessário, mas sem nenhum protagonismo político.

Kennedy Alencar — Ministro, o André Mendonça, ministro do Supremo, quando votou contra o crime de golpe de Estado, ele alegou o seguinte: “Não teve crime de golpe de Estado porque não houve golpe”. Teve uma tentativa. O Alexandre de Moraes meio que rebateu e o André Mendonça chegou e falou: “É o papel do ministro

da Justiça, do Flávio Dino”. Aquela tese do autogolpe que interessava ao Executivo, que interessava ao Supremo ver a sede dele destruída, interessava ao Congresso ver a sede dele destruída e interessava ao Lula que tentassem dar um golpe de Estado. O que você acha dessa tese que o bolsonarismo sustenta do autogolpe?

Gilmar Mendes — Chega a ser engraçado, na verdade, se nós olharmos todos os episódios ocorridos, e a gente vivenciou isso... Os dois anteriores, em 7 de setembro, 2021 e 2022, em que se transformaram essas manifestações, tudo isso mostra que havia um preparativo. Não se sabia qual seria o desfecho, mas, por exemplo, em 2021 eu acompanhei aqui, de novo falha na segurança pública, ameaça dos caminhões de chegarem ali na Praça dos Três Poderes, tudo isso.

Kennedy Alencar — **Quase invadiram a Polícia Federal em dezembro, não é?**

Gilmar Mendes — No dia da diplomação do presidente, no dia 12 de dezembro. Queimaram veículos ali, explodiram um carro em frente a um posto de gasolina. Todos os atos que estão nesse contexto de preparação. Então é preciso entender isso, e foi o que o ministro Alexandre disse. Por outro lado, se de fato ocorrer o golpe de Estado, como se falou até, não haverá mais oportunidade de criminalizá-lo, porque ele vai ser a nova ordem jurídica, porque o Supremo estaria fechado.

Kennedy Alencar — **Ministro, o Bolsonaro não quis dar o golpe ou não teve força para dar o golpe?**

Gilmar Mendes — Eu acho que não teve. Eu sempre disse isso, que eu achava o Brasil mais complexo, as instituições... Isso envolve não só as

instituições permanentes, políticas, criadas, mas também a sociedade civil. Então, a mim me parece que, ao fim e ao cabo, as pessoas perceberam que não podiam entrar em um quadro de aventura. O que não tira a possibilidade de que, em um novo governo, ele pudesse criar novos modelos institucionais.

Kennedy Alencar — A gente viu na Hungria, a reeleição é sempre perigosa.

Gilmar Mendes — Isso. Mudança no Supremo Tribunal Federal. Nós vimos o que aconteceu na Hungria, na Polônia. Mudança na composição do Supremo Tribunal Federal, aumento... Havia todas as ideias que, infelizmente, gravitam por aí nesse momento.

Kennedy Alencar — Ministro, eu queria falar, eu sei que o senhor vai julgar o Bolsonaro ainda, provavelmente, se ele for a julgamento pelos atos golpistas, mas o senhor vê, qual é o grau de responsabilidade política ou jurídica que pode ser atribuído ao ex-presidente nessa tentativa de golpe?

Gilmar Mendes — Vamos aguardar um pouco a evolução. Eu acho que certamente agora, com o novo procurador-geral da República, muitos dos dados que estão nesses inquéritos certamente serão submetidos à Procuradoria, e esses dados serão revelados. O que nós vimos foi a minuta do golpe, nós vimos aquela participação da PRF tentando afetar as eleições no dia do segundo turno. O próprio episódio do 8 de janeiro, com a falha do secretário de Segurança (do Distrito Federal), que antes era o ministro da Justiça, era o chefe da PRF. Portanto, são vários fatos que estão conectados e que mostram que havia algum tipo de coordenação.

Kennedy Alencar — Vamos aguardar... Eu não queria deixar de falar da “lava jato” com o senhor, porque antigos expoentes da operação, como Moro e Dallagnol, falam: “Ah, o Supremo está numa operação de desmonte do combate à corrupção”. E parece essa coisa, aquele pânico moral que se espalha, dizendo que os criminosos vão ficar livres, vão devolver o dinheiro que foi tomado da corrupção. A gente vê esses personagens hoje, como Moro e Dallagnol, como que puderam ter um protagonismo tão grande na vida do país... O senhor falou a coisa da politização, que o Ministério Público precisa tomar um certo cuidado com isso. Eles tentaram interferir na vida política do Brasil e interferiram durante um tempo. Que legado que o senhor vê da “lava jato” para o Brasil? Como é que o senhor avalia isso, ministro?

Gilmar Mendes — Eu fico com a impressão de que, ali talvez a gente ainda vai saber mais, pelas falhas que ocorreram no próprio sistema político, a debilidade que o sistema político demonstrou e também o papel que a imprensa teve, criou-se um tipo de alucinação coletiva.

Kennedy Alencar — Faltaram filtros, não é?

Gilmar Mendes — Faltaram filtros. Eu me pergunto sempre, como gente tão chifrim foi capaz de fazer um desastre tão grande? E falava-se: “Não, vocês têm que decidir desta maneira”, ou as tais dez medidas de Curitiba, a tal República de Curitiba, e coisas do tipo. Veja, vamos mencionar devidamente: dois ou três procuradores, mais o Moro, fazendo regras que deveriam ser incorporadas à Constituição e às leis do país. Esse era o catálogo de Curitiba. Veja, o país é muito maior do que isso, não é? Então, a mim me parece que houve uma falha grave e isso, de alguma forma, eu já até disse, a República de Curitiba pariu Bolsonaro, na medida em que ela criminalizou toda a política. E aí faltou

ao sistema político essa reação que, de quando em vez, nós temos na tradição da política brasileira, esse clube seletivo de cardeais que mudam os rumos das coisas. Eu acho que faltou esse momento, faltou essa percepção. E por isso eu destaco depois o papel que jogou o Supremo Tribunal Federal, porque o próprio Supremo Tribunal Federal, em determinado momento, foi engolfado nesse... Foi emparedado pela “lava jato”. Eu lembro de uma situação em que o Moro contestou uma liminar do ministro Teori Zavascki e abriu-se uma investigação contra o STJ, contra o presidente e um outro ministro, que emparedou também o STJ. Portanto, todo o sistema estava dependente de Curitiba.

Kennedy Alencar — E teve uma frase que o senhor disse que eu acho fundamental: não se combate o crime cometendo crime.

Gilmar Mendes — Recentemente, o ministro Salomão me disse que fez uma correção lá na vara de Curitiba, na 13ª, e tem sinais de passagem por lá de alguma coisa como R\$ 5 bilhões, e não se sabe bem como esse dinheiro foi destinado. Quer dizer, como que se cria um sistema tão falho? Nós que temos tanto orgulho do nosso Judiciário... Se chegar a R\$ 100 mil depositados em qualquer vara, nós sabemos que tem que ser colocado na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, isso é a conta do tesouro, como que se brincou?

Kennedy Alencar — Que combate a corrupção foi esse, não é?

Gilmar Mendes — Exatamente. E aí transferindo dinheiro para a Transparência Internacional, repassando dinheiro para fundos que nós não sabemos bem quais são... Em suma, foi uma grande confusão. Criando um modelo de fundo eleitoral, você lembra da tal Fundação Dallagnol, que teria R\$ 2,5 bilhões para operar combate à corrupção, pagar palestras. Sabe, de fato a gente andou muito errado nisso.

Kennedy Alencar — Ministro, infelizmente chegamos aqui ao final do programa, vou ter que marcar uma entrevista para o senhor no ano que vem, para a temporada de 2024, já está convidado aqui. Tem um pinga-fogo, pediria que o senhor respondesse rapidamente aqui sobre algumas personalidades da nossa história, ministro. Getúlio Vargas.

Gilmar Mendes — Uma figura importante da modernização do Brasil e tirou proveito, inclusive, da grande confusão que ocorria, ou da grande construção que se fazia no pós-guerra, e é responsável pelo avanço na industrialização.

Kennedy Alencar — Juscelino Kubitschek.

Gilmar Mendes — Eu considero Juscelino Kubitschek uma grande figura da vida política brasileira, inclusive com uma visão de estrategista. Quando nós olhamos que hoje um terço do nosso PIB vem do agro, e isso depende muito do que se fez aqui no Centro-Oeste, essa descentralização do crescimento, acho que foi uma obra de magia, quase.

Kennedy Alencar — Jânio Quadros.

Gilmar Mendes — Uma figura polêmica e certamente surpreendente. Elege-se e renuncia. E é grande responsável inclusive por esses desatinos institucionais que tivemos à frente, pós-60.

Kennedy Alencar — João Goulart, o Jango.

Gilmar Mendes — Também acho que é uma figura um pouco polêmica. Talvez não soube fazer a leitura adequada daquele momento em que as condicionantes do golpe estavam sendo gestadas, e acabou talvez

acendendo o fósforo para ver se havia gasolina no tanque, e acabou ocorrendo o que ocorreu.

Kennedy Alencar — Ditadura militar de 64.

Gilmar Mendes — Um fato lamentável e que custa-nos caro hoje. Porque a cultura da ditadura, assim como a cultura da democracia, ela deixa legados. E nós criamos um modelo que, de fato, nos fez retroceder no tempo em termos institucionais. Hoje a própria discussão sobre o papel dos militares na sociedade tem a ver um pouco com esses resquícios.

Kennedy Alencar — Tancredo Neves.

Gilmar Mendes — Eu acho que é uma das grandes figuras da política nacional, e o homem capaz de fazer essa tecitura de que falávamos há pouco, fazer aquela construção que, de quando em vez, o Brasil é obrigado a fazer, e o faz com grande habilidade. Fez aquilo que talvez nós não julgássemos possível naquele momento, a tal Aliança Nacional, transformou as Diretas Já num movimento, portanto, civilista, para usar a expressão antiga, e permitiu que, nessa associação com as forças mais conservadoras, Sarney, Marco Maciel, se fizesse uma grande união nacional. E nós atravessamos essa grave crise institucional sem maiores traumas.

Kennedy Alencar — José Sarney.

Gilmar Mendes — Tenho a maior admiração. Acho que foi um arquiteto desse processo. Ele era do governo Tancredo, numa transição que o Zé Paulo Pertence chamou de uma transição dramática, talvez uma das mais dramáticas, trágicas, da nossa história. É muito contestado, mas soube fazer o processo constituinte e entregou um país democrático

para os seus sucessores.

Kennedy Alencar — Fernando Collor de Mello.

Gilmar Mendes — Acho que ele não aproveitou o momento, a vitória eleitoral que tinha, e se perdeu naquele contexto populista, inclusive com os episódios de má gestão administrativa que resultaram no impeachment.

Kennedy Alencar — Itamar Franco.

Gilmar Mendes — Também uma figura importante, e vai ficar marcado, certamente, por conta do real, que é uma obra dele, claro, em conjunto com o seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Kennedy Alencar — Fernando Henrique Cardoso.

Gilmar Mendes — Também, eu acho, junto com o Lula, reputo o Fernando Henrique o grande estadista do século 20. Veja que nós entramos na Constituição de 88 com inflação de mais de 80% ao mês. E ele consegue, com a sua habilidade, não sendo economista, construir uma equipe de economistas, faz aquele plano que nos leva a uma redenção. A partir daquilo, nós passamos a ter uma vida muito mais saudável do ponto de vista político e econômico. E fez reformas importantes que depois permitiram novos avanços. Acho que é um grande estadista.

Kennedy Alencar — Dilma Rousseff.

Gilmar Mendes — Eu fiquei com a impressão de que a presidente Dilma Rousseff talvez tenha se confundido no contexto da política, talvez não tivesse a compreensão do papel da política na vida real. Como ela teve que enfrentar problemas econômicos, e talvez

acreditasse em um certo dirigismo estatal, e talvez não tenha prestado atenção na necessidade de dialogar com as forças políticas, ela talvez tenha sucumbido e, obviamente, antecipou essa crise que depois nós passamos a viver. o próprio protagonismo da “lava jato”, que surge nesse momento. Se nós formos olhar, a própria legislação que fortalece delações e coisas assim vem do seu governo.

Kennedy Alencar — Michel Temer.

Gilmar Mendes — Eu acho também que é um grande político, fez um governo de equilíbrio e foi tragado por essas ondas janotistas, esse ambiente que se criou, todas aquelas armadilhas. De fato, Temer sobreviveu a dois impeachments, são duas denúncias do procurador-geral (Rodrigo) Janot. Então ele teve um papel importante em manter o sistema em funcionamento e de fazer reformas importantes no curto período em que esteve no governo.

Kennedy Alencar — Jair Bolsonaro.

Gilmar Mendes — Eu acho que é fruto deste ambiente que se criou, dessa deterioração da política, desse protagonismo da “lava jato”. E talvez a ideia que alguns parecem ter tido, talvez até alguns intelectuais entre os militares, de que era talvez a oportunidade dos militares voltarem ao poder agora pela via eleitoral, um populista voltaria. E o resultado é que se elegeu uma pessoa com poucas qualidades políticas e administrativas e nós tivemos toda essa tragédia que vimos, inclusive na pandemia.

Kennedy Alencar — Lula.

Gilmar Mendes — Eu tenho a maior admiração pelo presidente Lula, o reputo junto com o presidente Fernando Henrique os dois grandes

estadistas do século. Acho que ele cumpriu um papel inclusive de resgate da democracia no Brasil, não sei o que seria do Brasil se não fosse a eleição de Lula. Se tivéssemos tido a reeleição de Bolsonaro, muito provavelmente teríamos riscos para a democracia.

Kennedy Alencar — Gilmar Mendes.

Gilmar Mendes — Eu não sei dizer nada sobre mim... Acho que cumpro um papel relativamente importante no Supremo Tribunal Federal, às vezes conduzindo situações que levam a decisões importantes, às vezes verbalizando as posições vencidas. Eu tento sempre antecipar um pouco os movimentos, ver um pouco árvores e florestas, tentar entender um pouco esse momento que a gente vive. Acho que vivemos momentos muito cruciais e a gente precisa ter essa visão. Eu pelo menos me pergunto muito sobre erros e acertos da minha trajetória e acho que, por estar aqui hoje, eu posso dizer que talvez eu tenha mais acertado do que errado.